



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 76 - 1ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1994 - R\$ 0,35 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70

Governo prepara novo "emendação"

A tarefa é:

Responder à ofensiva neoliberal

*A burocracia reformista
e divisionista quebrou a
greve dos metalúrgicos*

Nossa resposta deve ser:

UNIDADE OPERÁRIA NA LUTA!

ABAIXO O PLANO DE FOME!

FORA DO HAITI

O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO!

EM DEFESA DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS

Governo prepara novos ataques contra as massas

Passadas as eleições, mais uma ofensiva neoliberal

Passado o primeiro turno das eleições, o governo estuda as possibilidades de continuar com a aplicação do plano econômico. A emissão de dinheiro está muito elevada, mais de 20% superior ao previsto de quando se lançou o plano. A dívida pública cresce e o governo já lançou a discussão sobre a continuidade do IPMF em 1995 e até a taxa da poupança. São novos mecanismos para fazer com que os assalariados paguem a crise capitalista e o rombo nas contas do Estado burguês. Diante da crise capitalista, a burguesia busca artificialmente sustentar as taxas de lucro em queda e seus compromissos com os parasitas credores internos e externos através da expropriação dos salários, ataques aos serviços sociais e entrega nacional.

A nova reforma: meio de aplicar o neoliberalismo

Edmar Bacha, principal assessor de Fernando Henrique quando ministro, defende a viabilização de uma nova reforma constitucional. Seus objetivos são:

1) Atacar a previdência, acabando com a aposentadoria por tempo de serviço, limitando os valores das aposentadorias até 3 ou no máximo 10 salários mínimos, privatização da previdência e assistência médica.

2) Entregar as estatais de petróleo, minerações e telecomunicações ao capital estrangeiro.

3) Fazer uma reforma fiscal, que estabeleça novos impostos para substituir o IPMF, cortar verbas dos estados e municípios.

4) Reduzir ou acabar com as responsabilidades do governo em relação à educação, saúde, moradia etc., passando-as aos estados e municípios.

5) Demitir uma parcela do funcionalismo e acabar com a estabilidade.

6) Atacar os direitos trabalhistas e reduzir os encargos sociais (Fundo de Garantia etc.).

Trata-se da continuidade da aplicação do plano neoliberal, por imposição do imperialismo. A redução de impostos de milhares de produtos importados, já feita por Ciro Gomes, também faz parte das medidas. Visa abrir a economia nacional aos produtos imperialistas, estocados e entulhados pela recessão mundial. Já na primeira semana de redução de impostos, o crescimento das importações chegou a 35%. Num mercado estagnado pela recessão e miséria de 32 milhões de miseráveis, isso vai significar quebra de setores da economia nacional, mais recessão e desemprego, para favorecer as empresas estrangeiras.

Plano e crise política

Esse é um processo onde a burguesia coloca seu

Estado como instrumento de aplicação de uma política que levará uma parcela da economia à falência. Por isso é um processo conflituoso. Alguns setores capitalistas procuram limitar o ritmo da aplicação dessa linha, por sua sobrevivência. Os choques entre as frações se expressa no Estado, através da crise do regime político. No geral, a burguesia se submete ao imperialismo. Em alguns pontos, principalmente quanto ao ritmo da aplicação do plano, briga entre si. Itamar Franco, ligado às oligarquias com interesses nacionais, prefere deixar a questão da revisão para o próximo governo. Bacha, mais abertamente pró-imperialista, quer a revisão o mais breve possível.

O reformismo frente à ofensiva neoliberal

O reformismo, que dirige as organizações de massa, também capitula frente às pressões do imperialismo. Ao invés de chamar a luta nacional de massa para responder à ofensiva capitalista, bloqueia a unidade, divide o movimento em greves isoladas e defende a conciliação de classes, propondo-se a remendar o plano neoliberal.

Diante da redução dos impostos de importados, Vicentinho, presidente da CUT, defendeu a abertura gradual do mercado. A preocupação do burocrata é com a possibilidade de explosão de um movimento operário contra as demissões e o fechamento de fábricas. Assim, aconselha ao governo que faça a abertura de forma mais gradual. Com essas posições, a burocracia reformista procura se aproximar dos patrões da Fiesp, descontentes com a abertura exagerada e antecipada ao acordo do Mercosul.

O momento favorece a ação unitária das massas para enfrentar a nova etapa de ofensiva do plano. Mas a burocracia divisionista impede que isso ocorra, num momento favorável à ofensiva do movimento operário contra uma burguesia fracionada e um governo em crise. Apontamos a responsabilidade do reformismo e chamamos os trabalhadores a romperem com a linha de paralisia e se colocarem pela unidade na luta.

Nacional



Crise nas eleições mostra corrupção burguesa

No final de campanha do primeiro turno, os candidatos centraram suas campanhas nas denúncias uns contra os outros. O candidato a vice de Fernando Henrique teve revelada suas ligações com o esquema PC Farias/Collor de Melo. O candidato a governador Francisco Rossi teve a vida econômica desmascarada: enriqueceu com superfaturamentos em Osasco, onde era prefeito. O senador Lucena teve sua candidatura cassada por uso da gráfica do senado para fazer campanha eleitoral.

As denúncias são utilizadas nas campanhas, mas nunca têm consequência para os acusados. No caso de Lucena, todos os senadores saíram em sua defesa, porque todos fazem uso da máquina do governo. Até Suplicy, do PT, falou em defesa do corrupto, revelando seu comprometimento com os esquemas utilizados pelos parlamentares corruptos.

Artistas se vendem para apoiar corruptos

A utilização de artistas se repetiu: seja com a participação em programas eleitorais na televisão ou com shows que chegaram a reverter as eleições em alguns locais

(Goiás, por exemplo). A camada mais privilegiada dos artistas, ligada às grandes emissoras de rádio e TV, negocia com os candidatos seu apoio da mesma forma que faz com as emissoras. A corrupção, que é um dos pilares de sustentação do Estado burguês, é praticada por esses mercenários da cultura e das artes. Primeiro são instrumentos para a burguesia manter seu controle ideológico sobre as massas pelos meios de comunicação. Depois, vendem-se para utilização eleitoral. Quando encaram a política como mais um mercado para venderem seus serviços, ajudam a burguesia a se manter no poder e a exercer a dominação e exploração de classe. O reformismo é pródigo na utilização desse meio, que amortece a consciência política das massas e as desvia dos reais problemas da luta de classes.

Partidos burgueses divididos

O PPR de Maluf rachou de cima a baixo. Uma parte de seus militantes abandonou abertamente as candidaturas de Amin e Medeiros e apoiou Fernando Henrique e Barros Munhoz. O próprio Maluf não se importou de ser fotografado com um candidato a deputado federal de outro partido, que apoiou FHC, na cara de Amin. Vereadores do PPR de São Paulo assinaram manifesto publicado em jornais em apoio a Barros Munhoz.

A crise econômica e política fracionou os partidos burgueses. O alinhamento ao redor de FHC à presidência não expressa uma unidade real. Malufistas que apoiaram o PMDB em São Paulo expressaram a divisão ao redor do ritmo de aplicação do plano econômico, em especial quanto à abertura às importações, e a pressão corruptora da máquina do estado de São

Paulo, atualmente nas mãos do PMDB.

Corrupção domina eleições burguesas

A democracia burguesa é a forma para os exploradores exercerem sua ditadura de classe sobre a maioria nacional. Nela, as frações capitalistas disputam entre si o controle do estado e a política a ser aplicada. As massas são manipuladas e iludidas com as promessas demagógicas. O resultado das eleições é determinado pelo poder econômico. Os candidatos e as frentes partidárias burguesas expressam os alinhamentos entre as frações capitalistas. Assim, o método básico de disputa se dá com a corrupção. A compra de artistas, confecção de farto material publicitário feito com recursos públicos ou de empresas, fazendeiros e bancos, programas na televisão e rádio milionários etc. é que determina a vitória dos candidatos.

Por isso não é possível uma mudança real na sociedade através das eleições. Quem quer disputar o poder por esse processo tem que participar dele, corrompendo-se. É o que acontece com as correntes reformistas ou de esquerda que caem no conto da burguesia e acabam se integrando à democracia burguesa.

O partido revolucionário sabe que as massas ainda mantêm ilusões nas eleições e na democracia burguesa. Por isso participa do processo eleitoral para denunciar a democracia burguesa como uma ditadura de classe da burguesia sobre os explorados e para defender a ação direta das massas e o programa da revolução proletária. Nas últimas eleições, fizemos isso defendendo o voto nulo programático.



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO
PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

Alguns comentários sobre o voto nulo

Ao distribuirmos o panfleto do voto nulo numa fábrica têxtil, um grupo de operários nos indagou: mas que partido operário revolucionário é esse? Porque defende o voto nulo? O PT não é o partido dos trabalhadores? Em rápida troca de palavras, explicamos que o PT não só não lutava pela revolução proletária como trabalha politicamente a favor do capitalismo. Falamos da diferença de um partido eleitoreiro, que está obrigado a fazer parte do poder econômico dos patrões e o partido revolucionário que organiza diretamente a luta dos explorados. Explicamos que o voto nulo programático era a forma que tínhamos para defender a construção do partido revolucionário em oposição aos partidos burgueses e ao reformismo petista.

O fato de uma parcela dos operários se interessar pela propaganda em torno do partido operário revolucionário foi muito positivo. Trata-se dos revolucionários, que são marxistas-leninistas-trotskistas, trabalharem sempre no seio do proletariado e das massas oprimidas. O trabalho sistemático, firme, disciplinado sobre as tendências instintivas é que possibilita penetrar o programa da revolução proletária entre os explorados.

Um outro acontecimento

Em outra fábrica, quando agitávamos a bandeira do voto nulo programático e distribuimos o panfleto, um operário, às pressas, nos chamou e disse olhe aqui: mostrou-nos colado na carteira o selo do voto nulo, que temos pregado nas redondezas das fábricas.

Enquanto as correntes de esquerda se arrastam por detrás da candidatura Lula da Frente Popular e escondem a política pró-capitalista do PT, a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR) faz campanha pela construção do Partido Operário Revolucionário, pelas reivindicações dos trabalhadores e pelo método de ação direta.

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!

Campanha na USP

Através de uma banca com jornais Massas e livros marxistas, os militantes da T.POR vêm fazendo agitação entre os estudantes pelo voto nulo. No começo, não se importavam muito. Aos poucos uma parcela mais avançada se aproximou, passou a comprar o Jornal Massas e a discutir nossa linha de voto nulo.

É trabalhando no seio das massas, utilizando bem a propaganda e a agitação que poremos em pé o partido revolucionário. Ao estarmos no interior dos movimentos, ao estarmos ligados às massas exploradas, passamos a saber o que aspiram, o que pensam e para onde caminha a tendência de luta. A luta pela construção do partido entre os estudantes é muito importante.

Nossos cartazes irritam estalinistas e petistas

Tem sido comum os estalinistas do PCdoB e petistas arrancarem nossos cartazes do voto nulo colados na USP. Os selinhos colocados nos banheiros são arrancados à unha. Isso mostra o quanto são eleitoreiros e antidemocráticos. Provavelmente, respeitam os cartazes de Fernando Henrique Cardoso.

Debate com estudantes secundaristas

A T.POR participou de um debate com secundaristas numa das escolas públicas de Diadema. Juntamente com um representante da Frente Revolucionária, defendeu o

voto nulo contra as demais correntes. Valério Arcary (PSTU) fez coro com o PT e PPS de que o voto nulo significava apoiar o candidato do imperialismo. O pseudo-trotsquista e candidato eleitoreiro do PSTU tirou do bolso o velho argumento dos estalinistas. Sempre se tem de votar numa ala esquerda progressista da democracia burguesa, caso contrário se estaria reforçando o candidato da direita.

É impressionante o baixo nível de politização destes pseudo-marxistas, que se utilizam deste velho argumento para drogar a consciência dos trabalhadores e da juventude com o eleitoralismo. Depois Valério Arcary, que anda correndo como doido atrás de votos, explicou que se trata de dois projetos opostos: o do imperialismo (FHC) e dos trabalhadores (Lula). Mais uma vez o representante do PSTU fez coro com o PT e PPS, utilizando-se da farsa. Não é que programa do PT é limitado, como diz Arcary, e sim um programa burguês que mescla nacionalismo com neoliberalismo. Os pseudo-trotskistas estão obrigados a falar sempre meias verdades para justificarem sua adaptação à frente de conciliação de classe, que é a frente popular.

Debate na Faculdade de Direito da UFRN

Motivado pela propaganda da T.POR, foi realizado um debate na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dessa forma, os militantes do POR puderam defender a política revolucionária do proletariado entre os estudantes.

Debate das esquerdas em Fortaleza

A T.POR entrevistou no debate das esquerdas que defendem o voto no Lula, com o argumento de que Lula é o candidato dos operários. Rui Costa Pimenta, dirigente de Causa Operária, fez a "belíssima" defesa da legitimidade das eleições, criticando as fraudes burguesas que prejudicam a candidatura Lula.

O que não foi dito é que o PT é parte dessa fraude e que não é possível eleições limpas no capitalismo. Como denúncia é correto, mas como política para defender a candidatura do caudilho vendido é capitulação à democracia burguesa. O importante é que os militantes do POR puderam fazer a defesa do voto nulo e distribuir o panfleto.

A impostura

O grupo Semente da União nos critica por defendermos o voto nulo, dizendo que isso é impotência etc. Depois fazem a maior crítica às eleições como instrumento da burguesia. Em seguida desce o pau no PSDB e no PT. Finalmente, depois de tanto linguajar esquerdista, chega onde queria: convencer sutilmente seus militantes a votar em Lula ou em Brizola. Isso é impostura. Isso sim é impotência pequeno-burguesa.

Nacional



Lula prepara o caminho da derrota

O candidato do PT à presidência escreveu um artigo para a revista espanhola *Cambio* 90. Nesse texto, Lula diz que as eleições brasileiras são ilegítimas, porque são manipuladas pelos meios de comunicação monopolizados e porque há uso abusivo da máquina do governo na campanha de seu adversário FHC. Com o artigo, Lula prepara o terreno para a derrota, quando dirá que a eleição foi fraudada. Prepara-se para enfrentar a crise que certamente virá no PT, com as correntes se acusando de responsabilidade sobre a derrota.

Os militantes do PT têm que entender que a derrota nas eleições se deve ao fato da maioria do poder econômico ter se colocado ao lado de Fernando Henrique, apesar de todo o esforço feito pelo PT para atrair apoios de setores da burguesia.

Para o PT ganhar as eleições, terá que se integrar ainda mais a fundo na politicagem burguesa e no Estado. Romper com qualquer traço de nacionalismo que ainda ostenta. Com isso, se tornará confiável para a burguesia, que poderá utilizar o controle reformista sobre os sindicatos e a CUT para conter a luta de classes.

Mas essa definição do PT como um partido burguês acabará com qualquer ilusão da militância combativa que ainda acredita ser possível transformar o PT em um partido que realmente mude a sociedade. A discussão de balanço das eleições deve levar esses militantes à conclusão de que é preciso construir um autêntico partido revolucionário, que lute para elevar a consciência dos trabalhadores até a necessidade da revolução proletária. Isso implica em criticar programaticamente o reformismo e se colocar pelo programa da revolução proletária.

Causa Operária e as eleições: Em defesa da "vontade popular"

O panfleto de Causa Operária do dia 7 de setembro passado chama os trabalhadores a se mobilizarem por eleições livres e democráticas. Aponta a existência de uma *conspiração sob coordenação da Rede Globo e do governo do vice de Collor para manipular o processo eleitoral e fraudar a vontade popular*. Afirma que Collor foi conduzido ao poder por meios fraudulentos já na eleição passada. Conclui propondo chamar um *dia nacional de luta contra a manipulação das eleições*, para reivindicar: *Por eleições limpas e democráticas; Controle das eleições por um Comitê independente formado por todos os partidos, pelas centrais sindicais, organizações estudantis e populares*.

Causa Operária se reivindica do trotskismo. Mas sua política nas eleições aponta num sentido oposto à tradição marxista-leninista-trotskista. Os revolucionários sabem que um dos pilares de sustentação da dominação de classe da burguesia é a ilusão das massas nas eleições e na democracia burguesa. Enquanto os trabalhadores tiverem ilusão na farsa eleitoral burguesa, não colocarão para si a tarefa de tomar o poder dos exploradores pela via revolucionária. Por isso os revolucionários denunciam a democracia burguesa sistematicamente e utilizam a intervenção nas eleições para isso. Mas Causa Operária trabalha num sentido oposto: aponta para os trabalhadores a possibilidade de existir eleição onde se expressa a "vontade popular". Ao invés de mostrar que toda eleição está sob manipulação do poder econômico, chama os trabalhadores a se mobilizarem para garantir um dos principais meios de enganação da burguesia sobre os explorados. Será que se não existisse a conspiração da Rede Globo não haveria manipulação? É claro que continuaria havendo, a democracia burguesa funciona assim mesmo.

As eleições são em geral um elemento de bloqueio da luta de classes. Os exploradores se utilizam dela para desviar as massas da ação direta e canalizar o descontentamento para as urnas, no que são ajudados pelos reformistas. Causa Operária, com sua proposta de fazer uma mobilização nacional de massa para reivindicar eleições limpas acaba contribuindo justamente para isso: arrastar as massas para a via eleitoral.

Mas Causa Operária vai ainda mais longe. Propõe a formação de um comitê para fiscalizar as eleições. Nele, participariam todos os partidos, inclusive, é claro, os partidos patronais. Mas se é justamente o poder econômico que manipula as eleições, será que esses partidos vão fiscalizar as eleições, tornando-as "legítimas"? É claro que não.

Causa Operária vai caminhando para o abandono completo dos princípios do marxismo.



Ensino religioso volta à escola pública

Uma imposição retrógrada

No final de agosto, a Secretaria da Educação de SP publicou a Resolução 161, que implanta o ensino religioso nas unidades escolares de 1º e 2º graus. Isso em cumprimento à Constituição Federal, que determina que o ensino religioso é de matrícula facultativa, mas que deverá constituir em disciplina nas escolas da rede estadual.

O governo de São Paulo firmou um acordo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Regional Sul I) para concretizar o ensino religioso nas escolas. Diz o governo que se trata de uma cooperação técnica, no sentido de elaborar a proposta de implementação de tal ensino.

Para isso, o governo obriga que a disciplina de ensino religioso faça parte do Plano Diretor das Escolas. Da mesma forma, institui classes com 35 alunos, na faixa etária de 7 até 19 anos. Para ministrar essas aulas, serão exigidos formação em teologia ou um credenciamento expedido pela CNBB. Caberá às escolas, desde já, fazer um levantamento entre os alunos de adesão à disciplina. Para os alunos que fizerem a opção, a disciplina se tornará obrigatória, com registros etc. Esta fará parte do horário normal de aulas semanais.

Como se vê, mais uma vez o governo cede às pressões da Igreja. No passado, a Igreja Católica monopolizava todo o ensino no país. Com a República, isso foi apenas amenizado, pois sempre o Estado brasileiro foi pressionado pela Igreja para as concessões (subsídios para as escolas particulares religiosas) ou mesmo para a instituição do ensino religioso nas escolas públicas. As Constituições do Estado abrem as portas para que a religião dos colonizadores (opressores) permaneça nas escolas. A burguesia nacional, através dos partidos políticos e do Parlamento, instituiu leis que procuram manter a religião dita oficial (católica) no interior das unidades escolares.

A pergunta é: por que a burguesia não é capaz de defender a escola laica? Embora, no passado, houvesse algumas manifestações em defesa da laicidade do ensino uma delas foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), não foi suficiente para impor a obrigatoriedade do ensino a todos e afastar o poder da Igreja do Estado. A tal ponto que as Constituições de 1934 e 1937 trouxeram explícito o ensino religioso. Isso ocorreu porque, para lutar pela escola laica, é necessário se opor a todo tipo de ensino privado, que está, em grande parte, nas mãos da Igreja. Por outro lado, é preciso combater a burguesia, que se vê obrigada a se apoiar na religião para manter os privilégios de classe, o direito à propriedade privada e à exploração. O movimento que lançou o Manifesto era liberal-burguês, portanto não tocava na raiz do problema, ou seja, o regime capitalista.

É bom lembrar que a burguesia européia, na época da ascensão do capitalismo, defendeu a escola pública, gratuita, obrigatória e leiga. Uma reivindicação democrática burguesa, que obrigava o Estado a assumir o controle da educação. Visando a ampliação da mão de obra mais qualificada, atendendo a expansão do mercado mundial e se opondo à velha ordem feudal, a burguesia (classe emergente do capitalismo) foi obrigada a expandir o ensino a todos e, para isso, era necessário que o Estado o financiasse. Agora, na época de decomposição do regime capitalista, a própria burguesia é obrigada a criar mecanismos no interior do Estado para limitar a expansão do ensino gratuito e de defesa do apodrecido regime de exploração do trabalho.

A Corrente Proletária na Educação, que tem como princípio a luta pela escola pública, gratuita, autônoma e laica, se coloca radicalmente contra a Resolução 161 da Secretaria da Educação. Colocamos a defesa da reivindicação

democrática do ensino laico no marco da luta contra todo tipo de opressão social e nacional. Mostramos que a ingerência da Igreja no interior das escolas favorece a dominação do regime burguês. Na etapa atual de implantação dos planos neoliberais, a classe dominante, seu Estado e partidos, investem contra a escola gratuita e laica. Não é por acaso que a Igreja e os governos são pela privatização do ensino. Não é à toa que a Igreja fez um dos maiores lobbies no Congresso na ocasião da votação da LDB (Lei Diretrizes e Bases).

Também denunciaremos o reformismo petista, que é incapaz de se opor a mais essa investida da Igreja/Estado. A direção da Apeoesp não emitiu nenhum boletim contra tal Resolução. É claro que não pretende se chocar com setores da Igreja católica, um dos sustentáculos do PT. Acabam abandonando a defesa histórica do magistério que é a laicidade do ensino e permitindo que se amplie a dominação ideológica opressora no interior da rede de ensino. Fora a Igreja das Escolas! Fora com o obscurantismo da Idade Média! em defesa da escola científica, do conhecimento baseado na realidade objetiva. A religião é o ópio do povo!

Nacional



A burocracia reformista eleitoreira mais uma vez traí a campanha salarial

O governo Fleury, no dia 22/09, anunciou a nova proposta salarial para a educação: para o PI um piso de 281,99, ao PII 308,33, para o PIII 337,38 (para uma jornada de 40 horas semanais) e elevou o vale-refeição para 2 reais. Isso significa que o valor da hora-aula subiu de R\$ 1,11 para R\$ 1,41! Essa proposta significa a ampliação do mais brutal arrocho salarial imposto à classe. E provavelmente os salários ficarão congelados até a posse do próximo governo (março de 95).

O governo sequer chamou as entidades do funcionalismo para comunicar os reajustes diferenciados. O governo, com essa proposta, diz que está assumindo o que

foi acordado na Conferência Nacional de Educação, que determinou um piso nacional de 300 reais (40 h/semanais). É claro que faz demagogia, porém o mais terrível é que a CNTE e outras entidades ligadas à educação assumiram esse piso de fome. A CNTE nem fala mais do piso calculado pelo Dieese, que está em torno de 645,43 reais por 20 horas semanais trabalhadas.

Esse é o resultado obtido com a "campanha no centro das atenções" desenvolvida pela diretoria da Apeoesp. Primeiro, os reformistas convocam uma assembleia não para organizar e preparar a greve do professorado e promover a unificação com as demais categorias em luta. O momento era de unidade nacional contra o congelamento dos salários e em defesa da reposição integral das perdas, porém, as direções burocratizadas dividiram os setores em luta ou quebraram as campanhas salariais (como a da Apeoesp).

Primeiro, o dia de protesto só serviu para desenvolver a campanha eleitoral em torno de seus candidatos, Lula, Rosever Pavan e cia.

Segundo, a diretoria foi contra a realização de uma nova assembleia para julgar a proposta do governo, marcando unicamente um CR Estadual. Este, por sua vez completamente esvaziado, no dia 23, prontamente se aliou com a burocracia na proposta atos regionais para responder à proposta vergonhosa do governo.

Dessa forma, se fragmentou mais ainda a categoria, enfraquecendo-a para o combate. A campanha salarial foi abortada em detrimento das ilusões no eleitoralismo burguês, que a burocracia ajudou a reforçar.

É preciso responder à traição da burocracia eleitoralista pró-capitalista, que é impotente para desenvolver a luta contra o sucateamento e a privatização da educação, materializados através do plano decenal. Combater a burocracia e defender a independência do magistério em relação ao Estado passa pela construção da Corrente Proletária na Educação. Ou seja, a fração mais consciente da classe, capaz de defender consequentemente as reivindicações históricas do magistério.

Dia Nacional de Luta - Manifestação de Educadores Municipais.

A direção do SINPEEM não tem conseguido a participação efetiva de seus filiados em atos públicos. Essa apatia dos professores é consequência da política conciliatória e de negociação com as Administrações que a atual Diretoria (PC doB-PSTU) vem mantendo ao longo de suas gestões.

No ato do dia 16/09, um pouco mais de uma centena de professores estiveram presentes à manifestação marcada para 9:00 h em frente à S.M.E. embora ela fosse por reivindicações básicas como: aumento salarial com reposição de perdas, atualização das carreiras e enquadramentos funcionais em atraso desde o início de 1993, reformas de prédios escolares, reciclagem de professores, melhoria de merenda escolar etc.

O aumento concedido este mês ao funcionalismo foi de 4,07%, correspondente a 46,45% da arrecadação municipal, menos que o mínimo estabelecido por lei que é 47%.

Para enfrentar o governo repressivo e recessivo "Sem Educação" de Maluf, necessário se faz um sindicato forte e de luta, que não tema os enfrentamentos com o poder burguês, que não transforme seus atos públicos em atos eleitoreiros, como vem ocorrendo este ano.

Somente na luta direta e independente pelas aspirações reais das bases é que este Sindicato readquirirá sua confiança, levando-as às ruas para exigir do governo burguês usurpador aquilo que lhe é devido.



A despolitização das eleições para RD na USP

No dia 21 de setembro, os alunos da USP escolheram seus representantes discentes nos colegiados centrais (Conselho Universitário, Conselho de Graduação e Conselho de Cultura e Extensão). Cinco chapas e várias inscrições individuais concorreram. A diretoria do DCE, ligada ao PT, lançou sua chapa sem nenhuma discussão com os estudantes. Seu nome: Estatuinte Já. Sua campanha se deu ao redor da defesa de uma estatuinte para a USP. Ou seja, os estudantes, professores e funcionários escolheriam seus representantes (que funcionariam como "deputados", ou poderiam ser os atuais colegiados, ampliados com mais participação de alunos e funcionários) e elaborariam um novo estatuto. Para a realização disso, propõem-se a "trabalhar" junto aos diretores e representantes de congregações das unidades para que estes, que compõem a maioria no Conselho Universitário, aproveem a realização da estatuinte.

Pensar que a burocracia universitária seja capaz de aprovar um processo de reelaboração do estatuto da USP para perder parte do poder que possui vai além da ingenuidade. O que os reformistas de fora da universidade fazem com os trabalhadores esses reformistas acadêmicos fazem com os estudantes: aumentar as ilusões na democracia formal burguesa. A burocracia só vai perder força na universidade se os estudantes encabeçarem a luta da comunidade universitária para derrubá-la do poder e implantar em seu lugar a soberania da assembléia universitária, que pode se expressar num governo tripartite da universidade, com maioria estudantil.

Essa chapa entende que o organismo máximo de decisão dos alunos é o CCA (Conselho de Centros Acadêmicos). Ora, quem conhece o que é um CCA sabe que está muito longe de expressar a vontade real dos estudantes: é composto por diretores de Centros Acadêmicos, encabrestados pela direção do DCE. Trata-se de um organismo burocratizado, que pouco tem funcionado. Quando isso acontece, em geral é para legitimar as posições da direção do DCE, que o convoca de forma muito limitada, justamente para manter o controle burocrático sobre esse organismo. Limitar a decisão dos estudantes ao CCA é subordinar o movimento estudantil aos dirigentes de CAs e do DCE. Trata-se de reconhecer a assembléia geral como organismo máximo de deliberação e lutar por sua convocação sistemática.

O PSTU não se diferencia

O PSTU lançou sua chapa: Mostra Tua Cara. Mas foi justamente o que o PSTU não fez. Cartazes e boletins de campanha destacavam o fato de serem de oposição. Alguns nem mesmo diziam oposição a quê. Não era possível saber se era oposição ao DCE, ao reitor etc. A despolitização foi a tônica de sua campanha. Na FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), onde disputou também os colegiados locais, fez um programa que diz alguma coisa. O destaque é para a defesa de Lula para presidente, que não o diferenciava dos petistas. Diz que é preciso que o movimento estudantil se aproxime de outros movimentos. Mas quem pensa que é do movimento operário se engana, trata-se

de se aproximar dos chamados grupos de minoria discriminada. Quando fala em reformar a universidade, limita-se a chamar o congresso paritário, com a divisão corporativa de 1/3 de poder para cada setor universitário, proposta que mantém o poder da burocracia universitária. Também considera que o CCA burocratizado é o maior fórum de deliberação estudantil. Nenhuma palavra sobre assembléia geral estudantil ou universitária. Defende as eleições diretas para reitor e diretores. Mas pára por aí. Muda alguma coisa se escolhermos quem vai governar a universidade e a unidade por quatro anos, fazendo o que bem entender? Algumas unidades já conquistaram isso faz tempo e nada mudou. Essa proposta apenas transfere para dentro da universidade o que já acontece fora dela, onde os trabalhadores podem escolher o tirano que vai manter a exploração de classe sobre os assalariados por 4 anos. Dizemos que a eleição deve ser acompanhada pela assembléia universitária, que deve ser soberana e capaz de revogar os mandatos. Por outro lado, esta luta democrática deve corresponder ao programa antiimperialista e anticapitalista da aliança operária-estudantil.

A campanha da Corrente Proletária

Participamos da eleição defendendo um programa que parte da defesa das necessidades mais imediatas dos estudantes, expressa na luta contra o sucateamento imposto pela burguesia e seus governos, e leva até a necessidade da destruição do capitalismo pela revolução proletária. Chamamos os estudantes a votarem nesse programa e a lutarem por suas reivindicações. Denunciamos a farsa da representação estudantil e combatemos a burocracia universitária, que expressa na universidade as posições da burguesia. Chamamos a unidade entre professores, alunos e funcionários na luta contra a destruição da universidade. Defendemos a assembléia universitária como órgão máximo de poder na universidade, em oposição aos colegiados submetidos à burocracia. Criticamos a direção do DCE por não ter chamado a ampla participação estudantil. Entendemos que a campanha pode ser utilizada para fazer a defesa de nosso programa entre os alunos. Consideramos muito positiva a votação de mais de 400 alunos no programa revolucionário sem meias palavras. Está aberto o caminho para ampliar a discussão sobre a política proletária na universidade.

OPERAÇÃO
Educação



Levantar o Centro Acadêmico da Letras/USP (Caell)

Nos dias 6 e 7 de outubro vão ocorrer eleições para o Centro Acadêmico de Estudos Literários e Lingüísticos (Caell). A antiga diretoria não surgiu como produto do avanço e politização dos alunos, mas ao contrário, expressou o ponto mais alto de despolitização que domina o movimento estudantil. Eleitos no ano passado, os membros da antiga diretoria abandonaram a entidade que caiu numa completa inoperância e ficou ausente inclusive fisicamente. Isto demonstra as conseqüências de uma direção que não tenha um programa político claro, que proponha a mais ampla democracia universitária e esteja desvinculada da maioria dos alunos.

Entre a metade do ano passado e o decorrer deste ano, os alunos do departamento de letras começaram a ter uma ação política, proveniente do descontentamento com a política da burocracia universitária, que impõe a divisão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, corte de verbas, não contratação de professores e diminuição dos poucos benefícios que ainda têm os alunos.

Só neste ano já foram realizadas 5 assembleias, 2 atos políticos e ocorre um intenso debate sobre como deve ser o funcionamento das entidades estudantis. Como resultado da ação política a parte mais avançada dos alunos participa das discussões e mobilizações que visam reestruturar o Centro Acadêmico.

Corrente Proletária na Educação (nossa atuação)

No início do processo eleitoral, o PSTU e o PCdoB, juntamente com os remanescentes da última diretoria do Caell, aprovaram um calendário eleitoral. Essa conduta foi criticada duramente por nós, que propomos a convocação de uma assembleia que deveria aprovar o calendário eleitoral, uma comissão de alunos que encaminhasse as eleições e revisse o estatuto que limita a inscrição da chapa a nove membros e não garantia participação proporcional de todas as posições políticas na diretoria do Caell.

A assembleia foi realizada graças à participação dos alunos que assumiram nossas posições. Foi redefinido o calendário, aprovada uma comissão eleitoral, uma convenção com todos os alunos e um plebiscito sobre a majoritariedade ou proporcionalidade a ser realizado junto com as eleições.

Convenção - Sabotada pelos estalinistas

O PCdoB, o PSTU e a TPOR participaram e expuseram seus programas. O que ficou visível na discussão do programa é que as divergências entre o PSTU e o PCdoB se davam principalmente num ponto: o Caell deve apoiar Lula declaradamente ou não. Na verdade, tanto o PSTU como o PCdoB

apresentaram programas bastante genéricos, sem caracterizar a burocracia universitária, o papel e o peso social dos estudantes, a questão do ensino superior no país etc.

Nosso programa, ao contrário, procurou ser o mais abrangente possível, onde nós colocamos a defesa de um programa do proletariado e a necessidade da entidade assumi-lo e armar os estudantes com as idéias revolucionárias.

No final da convenção, os estalinistas propuseram sua dissolução, com o argumento de que as divergências são incompatíveis. Tal proposta evidentemente foi rechaçada e os estalinistas saíram frustrados.

O que propõe o PCdoB?

O argumento de que as posições políticas presentes na convenção são incompatíveis se desfaz, porque a única posição que apresentou uma proposta política diametralmente oposta ao programa estalinista foi a nossa, ainda que minoritária. Na verdade, os estalinistas mostraram que defendem uma entidade monolítica e provaram que querem aparelhar o Caell, por isso são contra a proporcionalidade. A conclusão que os revolucionários devem tirar é que no caso de vitória dos estalinistas e da chapa majoritária estará colocada a burocratização da entidade estudantil.

A chapa frentista - A chapa da convenção

Os pontos fundamentais que são comuns a todos os alunos que ficaram na convenção são a proporcionalidade, a livre expressão de todas as correntes que defendem os estudantes, a defesa da assembleia geral estudantil como instrumento de decisão. Temos clareza que o programa da Corrente Proletária na Educação não é majoritário, mas trata-se de formar uma fração na diretoria do Caell que lute por materializar as posições proletárias e, para fazer isso, a condição é a defesa da democracia estudantil contra os estalinistas que se propõem a aparelhar a entidade.

Nossas divergências com o PSTU

O PSTU se declarou contra a assembleia universitária, proposta que defendemos como organismo formado pelos três setores que compõem a comunidade universitária e que é aberto a todos os estudantes, funcionários e professores. A defesa da soberania da assembleia universitária se contrapõe ao controle da burocracia universitária e coloca a mobilização da comunidade universitária contra o estado capitalista e a burguesia. Os alunos terão participação majoritária, já que são maioria na universidade.

Em contrapartida, o PSTU se coloca pelo congresso paritário, ou seja, com participação de professores, funcionários e alunos através de representantes na proporção de 1/3 para cada setor. Essa proposta é uma concessão ao corporativismo e à própria burocracia universitária e ao estado. Significa, na prática, chamar professores e funcionários, que são minoritários, a elegerem representantes que seriam maioria frente aos estudantes num congresso, que acabaria expressando as posições da burocracia universitária. Por trás da formalidade da paridade está a manutenção do poder da burocracia, que é formada pela camada mais conservadora e corrompida dos professores.

Chamamos os militantes do PSTU a reverem essa posição e se colocarem pela soberania da assembleia universitária, expressão real da democracia na universidade e instrumento de mobilização contra a burocracia e a burguesia.



Eleições para Reitor na UFRN

Os militantes da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (TPOR) se posicionaram claramente contra o critério de voto proporcional, que reduz a nada o peso social dos estudantes, defenderam o voto universal, a implantação da Assembléia Universitária Soberana e a revogabilidade do mandato dos eleitos pelas bases. A verdadeira autonomia universitária só pode ser assegurada pela soberania da Assembléia, que tem o poder de decisão direta sobre todas as questões. A luta por ela é parte do programa de combate pela destruição do Estado burguês e do capitalismo através da revolução proletária.

Diferentemente das correntes reformistas e liberais, que fazem das eleições de Reitor um fim em si mesmo e se submetem aos interesses da democracia formal e mutilada pelo Estado burguês, a TPOR levanta as bandeiras da democracia universitária radical como meio de luta contra o Estado, a burocracia que o representa e as tendências conservadoras, para assim aproximar a luta estudantil da luta proletária.

PCdoB e reformistas do PT se curvam perante o Reitor e a burocracia universitária

As bases estudantis que se mobilizaram em torno das eleições para reitor estavam pelo voto universal e contra a fraude da paridade. Esta posição se expressou na Assembléia Geral, a ponto dos militantes do PCdoB não se colocarem quanto a sua posição favorável à paridade.

Em oposição à burocracia, foi aprovado: convocação de assembleias em cada setor de aula para a formação de comitês de mobilização pelo voto igualitário (universal), ampliando o engajamento estudantil, em contraposição às decisões do Conselho Superior Universitário (Consuni), órgão burocrático manipulado pela reitoria, foi defendida a convocação de uma Assembléia Universitária, que congregue os três se-

tores (estudantes, funcionários e professores). A única incompreensão da Assembléia foi a de não aceitar o boicote ao pleito fraudulento conduzido pelo Reitor e Consuni, necessário para se defender conseqüentemente a posição do voto universal e da convocação da Assembléia Universitária.

De nossa parte, erramos em não ter proposto a formação de um comitê eleito na Assembléia para encaminhar a posição votada. A resolução ficou nas mãos dos estalinistas e reformistas que controlam o CEB. Esta direção acabou por sacrificar definitivamente a luta independente dos Estudantes perante o Consuni. Tal conduta dos dirigentes do DCE demonstra seu fisiologismo diante da burocracia universitária e sua incapacidade de travar a luta democrática mais elementar.

Construir a corrente proletária na educação

Em plena luta contra a fraude eleitoral para Reitor, os estalinistas e petistas se juntaram para favorecer o candidato Ivanildo e substituíram o movimento por discussões em torno das eleições para o DCE. Estes acontecimentos mostram que o DCE apenas aparentemente é independente.

A política traçada pelas direções reformistas o submete à burocracia universitária e através desta ao Estado burguês, que em última instância comanda a universidade e a sucateia. Não é possível se desenvolver um programa de autonomia universitária e de luta anticapitalista tendo à frente direções comprometidas com a política da burocracia universitária.

É fundamental que o trabalho embrionário da TPOR se desenvolva constituindo a corrente proletária da educação, uma fração marxista revolucionária, que, apoiada nas massas, expulse da direção do DCE e centros acadêmicos os reformistas.

Paraíba

XIII Congresso do Sintep

O XIII Congresso do Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba contou com duas teses opostas: a da direção reformista do sindicato e a da frente opositora constituída por militantes da T.POR e do Coletivo Marxista, intitulada "A sociedade socialista acabará a exploração capitalista". A direção do Sintep reproduziu linha por linha as posições do reformismo petista e estalinista de defesa da frente popular eleitoreira. É nesse sentido que mistifica com o chamado "projeto democrático e popular" do PT.

Ao criticar o posicionamento da T.POR e Coletivo Marxista pelo voto nulo, fez a defesa de que a via eleitoral é a única possível de solução dos problemas dos trabalhadores. Não é por acaso que essa direção é incapaz de organizar a luta direta dos trabalhadores contra o capitalismo putrefato, que vem liquidando com a educação pública e gratuita. A defesa da aprovação da LDB é a prova mais completa da capitulação dos reformistas perante o ensino privado e a Igreja.

Ao contrário, a tese opositora defendida pela T.POR e Coletivo Marxista critica claramente a política de conciliação de classe da frente popular, se posiciona por um plano de luta e pelo método da ação direta das massas. Alerta os trabalhadores para não confiarem na democracia burguesa e a desenvolverem uma política própria, revolucionária.

Apesar de se constituir em posição minoritária, a Oposição conseguiu assinalar uma linha de luta e independência de classe no interior do Congresso. Conseguiu dar alguns passos contra a burocratização dos sindicatos, a exemplo do critério de formação de chapa da direção e da extinção de privilégios careeristas da burocracia profissional.

Sem dúvida, essas conquistas só poderão se constituir num instrumento de conseqüente luta contra a burocracia reformista caso se estructure uma fração revolucionária, capaz de elaborar um programa classista e de varrer a direção pró-capitalista do sindicato.

Coloca-se, nesse momento, reforçar a campanha para a tirada de delegados sobre a base de claros princípios programáticos para o congresso da CNTE (na última semana de janeiro). Essa é uma tarefa do conjunto da militância da T.POR e daqueles que se colocam no mesmo terreno da estratégia da revolução proletária.

Educação



Denúncia

Curso de formação marxista para Operários

Classes sociais e luta de classes

É comum se dizer que existem duas classes no capitalismo: os ricos e os pobres. Entretanto, a pobreza ou

a riqueza em si não definem as classes. A noção de explorados e exploradores melhora em pouco a compreensão, mas também não resolve a definição necessária, que corresponda à realidade objetiva. Existem duas classes próprias do modo de produção capitalista: a burguesia (capitalistas), que é a classe exploradora, e o proletariado, que é a classe explorada. Entretanto, o capitalismo conserva outras classes sociais e camadas de explorados, que não são proletários propriamente ditos. São os camponeses, artesãos, empregados. Estes são explorados e igualmente oprimidos pela classe burguesa, mas não são da classe operária.

É claro que os explorados em geral (operários, camponeses, artesãos, empregados) são pobres e os burgueses ricos. Porém a riqueza e a pobreza são consequências econômicas e sociais do sistema capitalista de exploração de trabalho, que tanto atinge o operário, o camponês e a classe média urbana (pequena burguesia urbana). Não são as consequências que definem as classes, mas sim o lugar que ocupam nas relações capitalistas de produção.

O reconhecimento das classes começa por se saber quem são os donos dos meios de produção (fábricas, terras, etc) e quem apenas tem a força de trabalho (energia muscular) para vender por um salário. Logo vemos que os burgueses compram a força de trabalho dos

operários, porque são donos dos meios de produção.

O camponês pobre pertence a uma classe particular. Ele possui uma pequena propriedade que mal produz para comer e não emprega a mão-de-obra operária. Ele e sua família trabalham na terra como pequena proprietário e pequeno produtor. São milhões os camponeses brasileiros que vivem do trabalho familiar nos minifúndios. Estão submetidos à bárbara exploração dos latifundiários, comerciantes e banqueiros. Muitos são mais miseráveis que os operários urbanos.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, em que a terra é trabalhada pela força de trabalho assalariada e se utiliza da maquinaria, uma parcela de camponeses perde suas terras, deixa de ser um produtor autônomo e se torna operário agrícola. Esse processo nos mostra que o trabalhador agrícola deixa de pertencer à classe camponesa, que é pequeno-burguesa, quando perde os meios de produção e só lhe resta vender sua força física para o capitalismo agrário. Verificamos também o camponês que mantém seus poucos meios de produção e, ao mesmo tempo, trabalha como assalariado. Uma parte do tempo trabalha seu minifúndio (10/5 hectares) e outra trabalha como empregado assalariado nas fazendas capitalistas. Este trabalhador ocupa duplo lugar nas relações de produção: é produtor autônomo e operário. São os semiproletários.

Existe também a pequena burguesia urbana que se emprega em alguns serviços, cuja única propriedade é o conhecimento adquirido, a exemplo dos funcionários públicos etc. Também faz parte desta classe os trabalhadores autônomos que têm os meios de trabalho e não emprega operário, por exemplo o dentista, advogado, etc. Vemos que a pequena burguesia tanto agrária quanto urbana não explora o trabalho assalariado, como faz os capitalistas. Uma parte desta classe é rica, considerada em relação à grande maioria empobrecida.

Assim vemos que as características de riqueza e de ser simplesmente trabalhador (explorado) não definem com precisão a classe. Como dissemos, é preciso ver que a classe operária desempenha o papel unicamente de força de trabalho para os proprietários capitalistas dos meios de produção, que a explora para acumular

e concentrar capital. O camponês, por sua vez, guarda relação com formas pré-capitalistas de produção agrária, conservando o trabalho familiar nos minifúndios.

Agora, porque não podemos confundir as classes sociais e nem reduzi-las a ricos e pobres, explorados e exploradores, burgueses e trabalhadores? Primeiro porque são de fato diferentes. Segundo porque as diferenças são decisivas para a revolução socialista. O proletariado é a classe revolucionária e socialista por excelência. Isto porque ocupa um lugar nas relações de produção que lhe permite expropriar os meios de produção e coletivizá-los.

Os camponeses, também por seu lugar na produção, procuram conservar a propriedade privada da terra e, inclusive, ampliá-la. Assim, sua condição de produtor e de existência não lhe permite ser socialista. Porém, sofre de uma contradição: é esmagado pelos latifundiários capitalistas e tende a se proletarizar. Ao se chocar com a classe burguesa, coloca a tarefa de destruir os latifundiários, projetando-se revolucionariamente ao lado do proletariado. O mesmo ocorre com a pequena burguesia urbana, que, para se defender da miséria crescente, está obrigada a sair à luta, utilizando-se dos métodos do proletariado fabril.

Das classes oprimidas, a classe operária está historicamente destinada a destruir o sistema assalariado de exploração do trabalho e assim emancipar definitivamente também o camponês pobre e a pequena burguesia urbana. Eis porque é a única classe que pode construir um partido revolucionário, que tem por estratégia projetar a revolução e ditadura proletária como condição inicial de transição do capitalismo para a sociedade superior que é o comunismo (sociedade sem classes), que só poderá triunfar definitivamente a nível mundial.

Todo trabalhador revolucionário está obrigado a dominar a teoria marxista das classes. Os partidos oportunistas confundem as classes para diluir o proletariado como classe revolucionária entre os demais dos explorados. Para se pôr em pé um poderoso partido proletário é preciso conhecer a fundo as classes, suas camadas, sua história, sua evolução, seus métodos de luta, sem o que não se pode armar do programa socialista.



A Abertura de Mercado e as Indústrias Têxteis: arrocho e desemprego

Um fato preocupante para os operários têxteis está acontecendo com o anúncio de que o governo baixaria as alíquotas de importação. As indústrias têxteis, que já vinham há algum tempo procurando aumentar a produtividade (modernização do maquinário, demissão de operários, aumento de ritmo de produção, aumento das horas extras), a partir de agora aceleram este processo.

Vemos que, nesta fase do Plano Real, a pequena burguesia (pequenos comerciantes, profissionais liberais, assalariados com bom poder aquisitivo) aumentou o consumo. Isto pode ser notado em algumas fábricas, como a Tapetes Bandeirantes, por exemplo, em que houve aumento da produção. Mas, ao mesmo tempo que isto acontece, aumentam também a repressão da fábrica.

É natural que o operário, com o salário baixíssimo, sustentar a si próprio e a sua família, este reclame o aumento salarial. Especialmente quando, no último período, a patronal negou este aumento dizendo que as vendas andavam fracas.

Agora a desculpa é de que ainda estão com muitas dívidas. De desculpa em desculpa, os patrões, gananciosos como sempre, foram e vão enchendo seus bolsos às

custas do suor e da vida dos operários.

Nós não temos nada a ver com as dívidas dos patrões, precisamos ir à luta e exigir um salário digno para nossa sobrevivência. Estamos em plena campanha salarial. Este é o momento de unificar a luta de todas as fábricas e exigir o salário mínimo do Dieese, o fim das demissões, o fim das terceirizações, a diminuição da jornada de trabalho e melhoria nas condições de trabalho.

Para os operários têxteis, esta luta é mais difícil, pois além dos patrões precisamos combater a diretoria vendida da Força Sindical, que se apropriou de nosso sindicato. Para isto é necessário organizar as comissões de mobilização em cada fábrica para dirigir o movimento para que os pelegos come-dormem de nosso sindicato não destruam nossa luta.

Vamos em frente companheiros, unidos somos fortes, divididos facilmente seremos vencidos pelos patrões e os pelegos.

ETCD - A luta pelo controle operário

A Prefeitura de Diadema, administrada pelo PT, convocou eleições nos bairros para a constituição da Comissão de representantes. Trata-se de um organismo que, aparentemente, influenciará no funcionamento do transporte coletivo municipalizado. No entanto, não tem passado de um instrumento burocrático de tipo consultivo. A composição atual continua nas mãos de representantes ligados à política do Prefeito, o que indica que pouca coisa mudará no conselho da ETCD. No entanto, o transporte coletivo municipalizado é fundamental para a população pobre.

A frota nova adquirida faz algum tempo pela Prefeitura se desgasta por falta de condições mais elementares, como reposição de peças. Os burocratas administrativos só pensam nas tarifas, cujos custos se elevariam às alturas se fosse para funcionar como empresa lucrativa. Fora das condições empresariais é claro que o sucateamento é líquido e certo, caso a Prefeitura não destine o

orçamento para serviços sociais.

Certamente, logo o prefeito e seus vereadores dirão que o caixa do município está baixo, que a folha dos funcionários consome grande parte, apesar dos salários miseráveis da maioria. Por esse raciocínio e ação política, os reformistas não farão outra coisa senão criar as condições para a futura privatização da ETCD.

Nosso caminho é outro, trata-se de utilizar o Conselho como tribuna para lutar em defesa do controle direto de motoristas, cobradores e população do transporte coletivo, implantando a assembléia soberana e fortalecendo as comissões de garagens independentes. Trata-se de impor o controle operário da empresa, não como um fim em si mesmo, mas como um meio dos trabalhadores lutarem pela expansão do controle para outras áreas e ganharem força e experiência na luta anticapitalista. A tarefa é construir em cada lugar de luta os organismos das massas exploradas.

Causa Operária apóia um delator

O Jornal "Causa Operária", de 20 de setembro, publicou uma matéria extraída do periódico "Poder Obrero" da Bolívia, em que acusa o dirigente Guillermo Lora, do POR boliviano, de expulsar indevidamente, por delação, o ex-militante porista Juan Pablo Bache-
rer. Este mesmo artigo, denominado "Nova Crise no POR", foi antes divulgado no periódico do Partido Obrero argentino (PO), ao qual Causa Operária está vinculado como satélite. Em resposta, o Comitê Construtor do POR argentino, secção do Comitê de Enlace da IV Internacional, do qual faz parte a

T.POR, o POR boliviano e o Comitê de Construção do POR Chileno, questionou o significado desta atitude. Publicamos essa crítica ao PO, para que os militantes revolucionários e as correntes tenham a devida noção do pântano em que a corrente de Jorge Altamira e Causa Operária se meteram.

A pergunta inicial é por que PO-Causa Operária não procuraram se certificar com o POR boliviano, ou com o Comitê de Enlace, sobre a expulsão de Juan Pablo. Certamente porque tais correntes fazem das palavras de "Poder Operário" da Bolívia, dirigido por Juan

Pablo, seu próprio ponto-de-vista. Porém, o leitor da matéria "Nova Crise no POR" logo observará as tremendas contradições ao ver que Juan Pablo critica a linha desenvolvida pelo POR e, ao mesmo tempo, reivindica o Programa. Ocorre que Juan Pablo vinha desenvolvendo a posição antimarxista de que o programa era correto mas a organização

Movimento Operário



Internacional

estava degenerada, pela falta de centralismo democrático.

O fundamental de sua expulsão foi o fato de ter revelado para um simpatizante um trabalho clandestino, citando o nome do principal responsável. Não é só a entrega de militantes à polícia que constitui delação. Um partido revolucionário trabalha incansavelmente pela derrubada do poder da burguesia, e isso implica no trabalho legal e ilegal (conspirativo). O militante que expõe o trabalho conspirativo do partido ataca sua segurança e comete delação. A Conferência o expulsou por esse motivo. Porém, Juan Pablo justifica que foi devido à divergência política. Diz que Lora tem por prática expulsar os opositores e cita expulsões de 1975, 1984 e 1985.

PO e Causa Operária deveriam se perguntar onde estava o antigo militante Juan Pablo em todos esses casos. Por

acaso se rebelou dizendo que se tratava de calúnia e perseguição política? PO e Causa Operária deveriam indagar se Juan Pablo votou ou não as expulsões? Porque então só agora se faz a denúncia?

O artigo acusa Lora de racista, nacionalista e de defender "a religião dos déspotas pré-colombianos". Tudo isso dito em um só parágrafo, sem que o leitor possa entender o fundo da questão. Tomemos a bandeira "Viva a Pachamama", a religião dos déspotas. Ela foi lançada contra a presença do Papa na Bolívia. O POR não reivindicou a religião primitiva indígena, mas a opôs ao dos colonizadores da Igreja Católica. Juan Pablo, na época, não fez a denúncia de Lora e agora esquematiza de maneira matreira.

Uma outra denúncia bem sem-vergonha. Diz que Lora defende transformar a Bolívia em uma Iugoslávia, com a bandeira da auto-determinação dos Quechuas, Aymará etc. É parte do programa do POR a defesa da auto-determinação dos povos oprimidos, que quer dizer o direito de se separar e se constituir como nação. Sem esse conteúdo, a auto-determinação é uma fraude pequeno-burguesa.

Depois de dizer tudo isso, afirma:

"Bacherer formou uma Oposição Trotskista que segue reivindicando o programa centrista do POR. Não questiona o POR por seu programa nem a Lora pela linha que dita, mas certos aspectos menores, como lutar contra a ditadura burocrática do POR". É uma verdadeira salada, não há nenhum rigor crítico. Entretanto, Jorge Altamira e seus amigos brasileiros não se importaram minimamente com a coerência e a seriedade. Simplesmente, apóiam o delator e aventureiro. Basta que esteja atacando o POR boliviano, o que não é uma novidade entre as correntes pseudo-trotskistas, para tudo estar bem.

Essa conduta se explica pelo fato de Guillermo Lora ter sido intransigente na crítica estratégica a PO, que se embrenhou no esquerdismo democratizante da estratégia do Governo dos Trabalhadores, bandeira histórica dos morenistas (no Brasil, Convergência Socialista - PSTU). Ao dar voz em seus jornais para um delator e aventureiro, PO e Causa Operária foram longe demais, perderam os limites do marxismo. Ao mesmo tempo, revelaram impotência para redigir uma fundamentada crítica própria ao POR boliviano.

O oportunismo revisionista do PO não tem limites

No Jonral "Prensa Obrera" nº 423, página 12, se reproduz uma nota que diz ser extraída do jornal "Poder Obrero" da Bolívia, sob o título "Nova Crise no POR".

A referida nota não esclarece qual é a relação que tem o PO com esse grupo, nem uma caracterização nem opinião acerca da nota que reproduz, portanto o leitor terá de supor que a reivindica em todos os seus termos.

Pelo que sabemos esse pequeno grupo pertence a uma organização internacional que o PO caracterizava como revisionista do trotsquismo. Será que o PO mudou sua caracterização?

A nota é uma provocação contra o POR da Bolívia, organização provada na luta de classes, provada pela sua estratégia revolucionária inquestionável, desde a década de 40 até as

atuais lutas das massas, que se orientam para um choque radicalizado contra o governo pró-imperialista. Do papel do POR dá conta até a própria burguesia, continuamente em sua imprensa.

Em tal nota se defende um elemento expulso do POR com o grave acusação de delação. A expulsão foi votada na Conferência do Partido, no mês de fevereiro e votada de mão erguida, diante da presença do expulso. Mas além das diferenças estratégicas, uma mínima conduta proletária exigia que o PO verificasse com o POR o caráter da denúncia que estava reproduzindo, já que se trata de uma acusação muito grave. Mas, é demais evidente que é um exagero pedir conduta de classe a quem já mudou de campo.

A atitude do expulso após a sua expulsão não fez senão confirmar que sua suposta reivindicação do POR, sua história e seu programa, não eram mais que uma fraude para continuar atacando o partido revolucionário. Em plena greve de fome se dirigiu aos piquetes de greve para tratar de quebrá-los, o que obrigou ao partido tornar público que não pertencia mais à organização.

Nessa nota se faz acusações sobre o período em que o Partido Obrero militava junto ao POR na mesma organiza-

ção. O PO já deu conta dos fatos? Ou até esse extremo chega seu revisionismo?

O PO tem separado e expulsado dezenas de companheiros por diferenças políticas sem direito a defesa, como a maioria daqueles que demos nascimento ao POR na Argentina. A direção de PO todavia não deu conta no Congresso de todos os expurgos posteriores a novembro de 1986.

Todas as afirmações e caracterizações feitas por PO, desde fins dos anos 60 até princípios dos 80 sobre o POR e a história boliviana, tem sido revisados. Os militantes do PO devem perguntar-se se é a história que tem mudado.

PO faz um abandono do trotsquismo do qual se havia aproximado, assumindo posturas cada vez mais democratizantes, produto de sua estratégia etapista de governo dos "trabalhadores" e internacional de trabalhadores, de participar no "Fórum de São Paulo", de votar em Lula e de construir uma organização em correspondência com essa estratégia. Basta ver o programa fundamental da TQI para poder compreender que organização foi a que rompeu com esse programa e para dirigir-se para onde.

(Extraído do Massas argentino nº88, de 8/9/94)



Aumentam choques de classe na Bolívia

Em maio, trabalhadores urbanos, camponeses e estudantes saíram em luta massiva contra o governo entreguista de Sanches Lozada (Goni). A greve de fome, iniciada por professores da Federação dos Mestres de La Paz e estudantes, se alastrou por vários pontos do país e serviu de instrumento para pressionar a Central Operária Boliviana (COB) a decretar a greve geral por tempo indeterminado. O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) esteve no centro das jornadas de luta, em que seus militantes protagonizaram a greve de fome como tática para chamar as massas à luta e a combater a inércia da COB. O movimento ganhou força em vários setores, porém não pôde ultrapassar o cerco da burocracia sindical, que acabou negociando com o governo a quebra da greve geral.

Neste mês de setembro, volta a estalar uma forte mobilização, tendo a marcha camponesa (plantadores de coca) como motor do combate direto contra o governo Goni. Em várias regiões, os camponeses se chocam com a repressão policial e militar empenhada em cumprir a decisão imposta pelos Estados Unidos de erradicar a plantação da coca, a pretexto do narcotráfico. Desta forma, a resistência camponesa se torna luta aberta contra o poder burguês e o imperialismo. Por outro lado, os professores de La Paz, tendo à direção da Federação militantes do POR, expressam a política revolucionária do proletariado, radicalizando o método da ação direta e encarnando a estratégia de derrubada do governo burguês pró-imperialista.

Os trabalhadores bolivianos, de todos os países da América Latina, são os que mais resistem e avançam contra a ofensiva norte-americana de opressão nacional. O combate frontal à chamada "três leis malditas" [privatização, reforma educacional e participação (submissão) popular] amadurece a luta antiimperialista, que como tal conduz à derrubada do Governo neoliberal e à destruição do capitalismo. A superação do controle da burocracia cobista e a estruturação de organismos de poder proletário, que aglutinem as amplas massas, é uma das condições fundamentais para que o movimento radicalizado possa caminhar para a insurreição.

O POR trabalha no seio dos explorados para superar esses obstáculos e tornar-se direção física do levante. Em nenhum momento o partido escondeu suas dificuldades organizativas, que o impedem de se agigantar como direção da revolução. Os seus prognósticos vem se confirmando desde antes da jornada de maio e, agora, com a agudização da luta camponesa, impulsionada pela repressão em Chapare. Se o partido avança na tarefa de encarnar o movimento do campo e da cidade, numa poderosa aliança operária e camponesa, poderá criar as condições para resolver o problema crucial do armamento popular, que virá da conquista de uma parte das tropas do exército para a revolução.

Toda e qualquer corrente que se reivindica do marxismo, principalmente as do

trotsquismo, tem o dever internacionalista de apoiar política e materialmente o processo revolucionário boliviano. O Comitê de Enlace passou a funcionar desde o 1º Congresso como partido mundial da revolução socialista, ainda que embrionariamente, e está pronto para se colocar no centro do combate, onde o autêntico trotsquismo (marxismo-leninismo) poderá vir a ser uma das principais forças da revolução proletária.

CAMPANHA INTERNACIONAL Pela libertação imediata dos militantes seqüestrados

Vários militantes que realizaram a greve de fome contra a repressão ao movimento camponês, pela derrubada das três leis malditas e pela greve geral por tempo indeterminado, foram seqüestrados pela polícia, com os mesmos métodos brutais como foram arrancados da sede da COB em maio deste ano. O governo teme que a greve de fome se torne o estopim de uma grande mobilização nacional e de aglutinação dos trabalhadores contra os aparatos burocráticos que impedem o progresso da luta. É nossa tarefa internacional lutar pela imediata libertação dos presos. Abaixo o seqüestro terrorista do governo.

Camponeses e mestres ocupam La Paz

As forças motrizes da Revolução (camponeses e trabalhadores da cidade) se incorporam desde as entranhas da cidade para potenciar sua luta contra o governo antinacional e fascista. A luta da nação oprimida pelos norte-americanos é contra o governo Goni-Patinho e sua política global entreguista, que se projeta para o futuro.

O verdadeiro conteúdo da luta contra as leis malditas está em que se busca o esmagamento do governo. Aqueles que combatem o governo se põem em pé e alistam suas armas para impor suas reivindicações e dobrar o braço do mau governo.

A atual situação se caracteriza pelas respostas com maior violência dos abaixo contra os golpes desfechados pelas autoridades. A isto chamamos de situação revolucionária.

A resposta que deve ser dada à brutalidade governamental e às manifestações estatais fascistas não pode ser outra senão a incorporação de toda população a esta luta. A população deve organizar-se e armar-se para derrotar o fascismo.

Não exageramos quando sustentamos que a situação revolucionária se projeta à insurreição. E tampouco ocultaremos que os poristas lutam pela vitória dos explorados e oprimidos, seguindo o caminho da conquista do poder. (Extraído do Jornal Massas, de 14 de setembro)

O POR denuncia
Vilma Plata e Gonzalo Soruco
assinalam o caminho da vitória

Os grevistas de fome do magistério

urbano de La Paz, dirigidos por Vilma Plata e Gonzalo Soruco, responderam aos intentos governamentais de dobrar os camponeses e as forças revolucionárias das cidades, aos intentos da burocracia cobista de dobrar os lutadores com tréguas e conversações.

Os setores sociais mais diversos devem unir-se em um só bloco, organizar-se desde as bases e armar-se para dobrar o governo fascista, que desapidadamente golpeia aqueles que ganham as ruas e os caminhos.

Chegou o momento de declarar a greve geral por tempo indeterminado, para paralisar a todo o país e obrigar o governo antinacional a revogar as leis malditas. E, se não faz isso, expulsá-lo do poder.

É acertada a bandeira de levantar-se todos e armar-se contra o fascismo.

É o momento de arrastar todos os setores sociais ao combate e para isso é necessária uma clara orientação política, que significa esgotar todos os meios para derrotar os grupos burgueses servis, antinacionais e inimigos da Bolívia. (Extraído do Jornal Massas, de 14 de setembro)

POR Boliviano orienta as massas

Todos os bolivianos devem ganhar as ruas!

Responder à brutalidade do governo fascista com o povo armado e organizado desde as bases.

O objetivo: não discursar nem decretar medidas a conta gotas. Desencadear a greve geral e paralisação do país, acompanhadas de vigorosas ações nas ruas.

O povo organizado e armado esmagará o fascismo antinacional de Goni.

Viva a revolução proletária e o governo operário e camponês!

Bolivianos: armar-se com tudo o que se possa e soldar-se com as tendências revolucionárias das forças armadas.

(Extraído do Jornal Massas, do POR Boliviano, de 14 de setembro)

Internacional



FORA O IMPERIALISMO DO HAITI!

Ditadura Cedras capitula e os Estados Unidos ocupam o Haiti. Que estratégia move o imperialismo?

Internacional

Desde o momento em que o emissário Jimmy Carter anunciou sua ida ao Haiti, ficou claro que a ditadura do coronel Cedras iria capitular frente ao monumental arsenal bélico do imperialismo. O governo norte-americano asseguraria uma anistia forjada aos militares golpistas e liberaria suas fortunas para o resto da vida. O ditador concordou, desde que a anistia fosse aprovada enquanto estivesse no comando das tropas e do Governo. O presidente deposto Jean Bertrand Aristide foi comunicado dos resultados, como um verdadeiro boneco do governo Clinton. Provavelmente, foi informado depois da própria "ocupação pacífica" do Haiti pelas tropas ter ocorrido.

As massas não puderam reagir em defesa da nação oprimida, uma vez que, de um lado, o presidente constitucional exilado Aristide estava em uma das mãos de Clinton e, de outro, o ditador odiado se colocou como cordeiro em uma outra das mãos do chefe norte-americano. Sem compreender que a "invasão pacífica" pelo imperialismo reforçará a opressão nacional e de classe, uma parcela da população aplaudiu a chegada da ave de rapina norte-americana.

O Estado, a população e todo o país passaram da noite para o dia para o comando militar dos Estados Unidos. Este realiza uma operação de grande alcance para desarmar o povo e reformar o exército haitiano de acordo com a doutrina da submissão, como foi feito recentemente na ocupação do Panamá. Nem bem havia se passado dois dias da ocupação, frente a um mero gesto inútil de um agente haitiano, dez soldados foram metralhados pelas forças invasoras. E, sob a proteção do acordo Carter/Cedras, os policiais da ditadura continuaram a reprimir e a matar manifestantes.

Sob o argumento de restabelecimento da de-

mocracia, o imperialismo pisoteia a soberania e procura justificar a ocupação. A muitas pessoas isto parece lógico, pois que outro interesse teria a maior potência do mundo num país caribenho tão atrasado e miserável, em que sua população ainda anda descalça? Para se compreender a verdadeira lógica da extraordinária operação de guerra, é preciso verificar que motivações mundiais mais profundas empurram os Estados Unidos para intervenções cada vez mais frequentes, a exemplo do Panamá, Iraque, Somália, Iugoslávia e Coréia do Norte. Ocorre que a crise econômica mundial obriga o imperialismo a reforçar seu domínio sobre as nações oprimidas. Particularmente, a América Latina é estratégica para esse domínio.

A crise aponta para violentos choques de classe em nosso continente. A instabilidade dos governos pseudo-democráticos e a necessidade de implantar planos recessivos, desestatizantes e desnacionalizadores impõem aos Estados Unidos uma estratégia de presença militar. Isso explica porque os governos norte-americanos recentes têm insistido em implantar em vários países latino-americanos bases militares ou "assessorias". Faz parte do avanço do imperialismo o esmagamento de Cuba, facilitado pela política estalinista progressista e atual de Fidel Castro.

O objetivo de Clinton não é de apenas recolocar no poder o boneco Aristide. Pretende utilizar a ilha para reforço militar. Esse verdadeiro motivo, não revelado, esbarra nas divergências internas entre democratas e republicanos. O progresso futuro dessa política militarista depende do desenvolvimento da luta do proletariado e da maioria nacional oprimida contra o imperialismo.

A defesa da autodeterminação das nações oprimidas é uma bandeira antiimperialista de grande importância para o progresso da luta anticapitalista do proletariado. A ausência do partido revolucionário da IV Internacional no Haiti é um fator preponderante sobre a conduta passiva das massas e até de apoio por parte delas à invasão. O mesmo se pode dizer em relação ao resto do mundo. Trata-se de trabalhar por superar a falta do Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, de IV Internacional capaz de dirigir os explorados contra o militarismo imperialista. Fora as tropas invasoras do Haiti! Fora a ditadura capitalista! Fora o boneco Aristide! Pela auto-determinação do Haiti, através da luta por um governo operário e camponês.

nenhum soldado brasileiro no Haiti

O governo brasileiro se vangloria dos resultados das negociações entre Carter e Cedras. Isto porque a reunião de cúpula do Rio-de-Janeiro de representantes governamentais da América Latina havia se

pronunciado pela solução pacífica. Agora, treina uma tropa de elite para compor a chamada "força multinacional" que irá substituir o exército norte-americano no Haiti.

Tal colaboração com o imperialismo, que tem por meta avançar a militarização do continente sob seu comando, demonstra a incapacidade dos governos semicoloniais de porem em prática "o princípio da não intervenção", tão desfraldado na reunião do Rio-de-Janeiro. O envio de tropas, mal chamadas de "forças de paz" da ONU, pelos governos latino-americanos reforça a opressão nacional exercida pelo imperialismo sobre a maioria das nações do mundo.

Os trabalhadores devem se contrapor terminantemente a mais esse ato de submissão do governo brasileiro.

Qual a resposta do PT?

O PT praticamente se omitiu e se encolheu frente ao aparato de guerra montado pelos Estados Unidos para invadir o Haiti. Frente a ocupação efetivada, os reformistas não fizeram um só gesto de luta antiimperialista. Enfim, Clinton cumpriu aquilo que Lula desejou, quando esteve nos Estados Unidos, ou seja, que se intervisse para restabelecer a democracia no Haiti.

Provavelmente, o candidato reformista não tenha se dado conta da seriedade e das implicações do que disse perante os jornais. Mas, sem dúvida, expressou a política de subserviência típica de qualquer partido, por mais reformista que seja, que se proponha a sustentar o capitalismo em crise.

O PT não é reformista radical. Seu programa expressa uma mescla de nacionalismo distributivista e neoliberalismo. Eis porque se mostra prematuramente tão incapacitado para reagir frente à invasão do Haiti e a se contrapor ao envio de tropas brasileiras. São essas atitudes que comprovam a previsão de que o reformismo acaba servindo ao imperialismo.

Campanha do Partido Operário Revolucionário

Fora o imperialismo norte-americano do Haiti!

Pela Auto-determinação nacional dos povos!

Nenhum envio de Tropas brasileiras para apoiar a opressão nacional

Fora a ditadura covarde e entreguista de Cedras

Trabalhadores e juventude estudantil participem da campanha da TPOR contra a invasão do Haiti. Esta é uma campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.